

# Transição deixa credores apreensivos

Subsecretário do Tesouro americano quis falar com Collor mas não conseguiu

PAULO SOTERO  
Correspondente

WASHINGTON — O presidente eleito, Fernando Collor, evitou encontrar-se, na semana passada, em Paris, com o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, por não estar acompanhado de sua assessora para assuntos econômicos, Zélia Cardoso de Mello. A idéia inicial do encontro partiu do próprio Mulford, que é o principal estrategista do governo americano para assuntos econômicos internacionais e terá um papel chave em qualquer renegociação da dívida externa brasileira. Ao saber que Collor se achava em Paris, Mulford, que também estava na capital francesa, manifestou interesse em ver o presidente eleito e colocou-se à sua disposição. Consultado, Collor decidiu não receber o alto funcionário americano porque — segundo a explicação transmitida a Mulford — não estava acompanhado por Zélia.

Fontes do governo americano procuraram menosprezar o episódio, na sexta-feira, pedindo para não se tirar conclusões sobre ele. As mesmas fontes lembraram que Collor estará em Washington em menos de duas semanas para uma visita de trabalho que deverá incluir um encontro (talvez um almoço) com o presidente George Bush. A verdade, contudo, é que o incidente, que não demorou a chegar aos ouvidos dos

banqueiros, em Nova York, fez aumentar ainda mais a preocupação com que Washington e os grandes bancos membros do comitê de credores da dívida acompanham este período de transição até a posse do novo governo.

Os dirigentes dos grandes bancos americanos também têm buscado contatos com Collor e seus assessores econômicos. As poucas informações que eles obtiveram sobre as intenções do presidente eleito, por via indireta, como relatos do professor Mário Henrique Simonsen — que é diretor do Citicorp e tem conversado com Collor e Zélia Cardoso de Mello —, não parecem ter tido qualquer efeito tranquilizador. A falta de definições claras e contatos diretos tem feito com que, tanto o Tesouro dos EUA quanto os grandes bancos credores, encarem como ainda válidas propostas do futuro governo sobre a dívida externa brasileira que talvez já tenham sido abandonadas. Um exemplo é a promessa que Collor fez, na campanha eleitoral, de retirar a garantia do Tesouro da dívida externa. Na manhã da última sexta-feira, um alto funcionário do Tesouro perguntou ao comitê de bancos como os credores reagirão a essa iniciativa brasileira. De acordo com declarações de membros da assessoria econômica do novo presidente, po-

rém, esta idéia já foi deixada de lado.

A preocupação, em Washington e nos meios financeiros de Nova York, não se resume, contudo, a questões específicas, como a da dívida externa. “Nós estamos muito preocupados com a possibilidade de a economia brasileira sair do controle”, disse um funcionário graduado do Departamento de Estado. “A equipe de transição deverá começar a agir já, pois as consequências, no Brasil, de um colapso semelhante ao que ocorreu na Argentina, seriam muito piores e poderiam ter repercussões negativas não apenas no País como em toda a região”, declarou ele.

Os credores privados estão igualmente apreensivos e, através do comitê de bancos, começaram a alertar Washington, os organismos financeiros internacionais e as próprias autoridades brasileiras sobre os riscos embutidos na situação. “O Brasil enfrenta uma situação muito séria. Muitos bancos já estudam o cancelamento de linhas de crédito de curto prazo e a tomada de outras ações. É importante que o governo atual dê indicações do que fará nesses dois meses que lhe restam para evitar uma deterioração



Protasio Nêze/AE-17/8/89

**Mulford frustra-se: faltou interlocutor**

ainda maior e é fundamental que a equipe econômica de Collor dê alguns sinais sobre o que pretende fazer em relação à economia e à dívida”, disse ao **Estado** um alto executivo de um banco de Nova York. “Temos procurado transmitir essas preocupações a Brasília, mas, infelizmente, nossa atitude tem sido interpretada como pressão e ameaça.”

A preocupação de Washington e dos bancos intensificou-se na semana passada depois que o governo convocou os embaixadores dos países credores, em Brasília, para explicar-lhes que o Brasil deixou de efetuar um pagamento de cerca de US\$ 1 bilhão da dívida oficial, vencido no dia 2 passado, para proteger suas reservas. Embora os embaixadores tenham sido informados de que o governo pretende realizar o pagamento brevemente, o fato de o Brasil estar invocando a necessidade de proteger as reservas, seis meses depois de ter suspenso os pagamentos de juros da dívida aos bancos comerciais, pela mesma razão, foi tomado como um sinal de que o País pode estar bem mais perto de uma crise cambial que o do que se supunha até agora. “Passamos a monitorar a situação mais de perto”, disse uma fonte governamental.

□ Mais informações sobre dívida externa brasileira na página 10.